

Potencialidades analíticas da Sociologia Marginal em escalas micro

Analytical potentials of Marginal Sociology at micro scales

Carlos Eduardo Simões da Silva¹

Carlos Eduardo da Silva Ribeiro²

Resumo: O trabalho articula algumas das ideias e conceitos contidos nas teorias da dependência e sistema-mundo com aquelas, dentre a sociologia brasileira, que se identificam como sociologia marginal, esta representada, sobretudo pelas propostas do sociólogo da USP, José de Souza Martins. O objetivo é construir um quadro teórico adequado e abrangente que sirva à análise de (micro) contextos caracterizados por situações limiaries, marginais ou periféricas, quer sejam locais, regionais e/ou globais. Assim, o texto conta com uma revisão de certa bibliografia e, adjuntamente, do estabelecimento de uma relação original entre seus elementos, culminando em uma ilustrativa abordagem do rurbano a partir das ideias e conceitos apresentados.

Palavras-chave: Sociologia marginal; Sistema-mundo; Teoria da dependência; Microsociologia; Rurbano.

Abstract: The paper articulates some of the ideas and concepts from dependency theory and world-system theory with those within Brazilian sociology that identify themselves as “sociologia marginal” (marginal sociology), primarily represented by the propositions of the USP sociologist, José de Souza Martins. The goal is to construct an appropriate and comprehensive theoretical framework that serves the analysis of (micro) contexts characterized by liminal, marginal, or peripheral situations, whether they are local, regional, and/or global. Thus, the text includes a review of specific literature and, simultaneously, the establishment of an original relationship between its elements, culminating in an illustrative approach to the "rurbano" (rural-urban) based on the presented ideas and concepts.

Key-words: Marginal sociology; world-system; dependency theory; microsociology; rurban.

O presente trabalho se propõe a estudar as potencialidades analíticas da Sociologia Marginal para os fins da microsociologia, nomeadamente para a análise de micro contextos identificados como periferias, quer sejam locais, regionais e globais. Para tanto, são articuladas algumas das ideias e conceitos mais gerais da sociologia marginal brasileira com outros contidos nas teorias da dependência, sistema-mundo e decolonial, que permita traçar pontes e diferenças entre essas perspectivas as quais podem em diferentes articulações, se propor a fins semelhantes. O objetivo é tomar corpo na construção um quadro teórico adequado e abrangente que sirva à análise de contextos periféricos em suas especificidades.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas, Licenciado em Ciências Sociais pela UFPel com segunda licenciatura em Geografia pela UNIASSELVI. Bolsista CAPES. E-mail: carlosc.sociais@gmail.com

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas. E-mail: dudaribeirodudaribeiro@gmail.com

Para tanto, em uma primeira seção, são apresentadas as teorias da dependência e do sistema mundo. Em uma segunda, a relação entre saberes centrais e periféricos de uma perspectiva macrosociológica. Na terceira seção, voltamo-nos ao local e ao cotidiano em suas potências, continuidades e diferenças em relação à perspectiva mais global. Na última seção prévia às considerações finais, o foco é no urbano como possível locus para a aplicação das reflexões desenvolvidas no entorno de uma sociologia marginal.

As teorias da dependência e do sistema mundo

As teorias da dependência e do sistema mundo trouxeram, desde os anos 1960, uma alternativa crítica às então dominantes formulações etapistas e autorreferenciadas em torno da teoria da modernização (Valenzuela & Valenzuela, 1982). As teorias da dependência ganham notoriedade a partir do final dos anos sessenta até meados dos anos setenta, quando então o destaque passa para a teoria do Sistema Mundo. Por ser possível identificar uma significativa continuidade entre as duas perspectivas, inclusive com trânsito de autores da primeira para a segunda, ambas podem ser, e aqui são tratadas como parte de um mesmo movimento teórico.

Junto do quadro teórico-interpretativo que a teoria da modernização oferecia às situações de subdesenvolvimento no sul global — representadas como atraso, isolamento e pré-modernidade —, as receitas econômicas e o status iluminado de autores e instituições do mundo desenvolvido passaram a ser objeto de contundentes questionamentos. Autores do sul, como o brasileiro Ruy Mauro Marini, e do norte global, como o alemão Gunder Frank e o estadunidense Immanuel Wallerstein forneceram algumas das mais importantes contribuições para as teorias críticas do desenvolvimento, em um debate de alcance mundial que, na América Latina, vinha sendo construído, sobretudo a partir de marxistas e estruturalistas³, pelo menos desde o final dos anos 1920 (Kay, 2018). Esse movimento ganha importância entre as décadas de 1950 e 1970 quando, segundo Machado (2017, p. 186), o debate que se travava nas ciências sociais latinoamericanas “privilegiava a discussão sobre a condição de subdesenvolvimento e dependência dos países da América Latina frente à divisão internacional do trabalho e as práticas imperialistas do pós-guerra”.

Enquanto economistas latino-americanos ligados à CEPAL, como Raúl Prebisch e Celso Furtado, desafiavam as concepções ortodoxas da economia global e pensavam os padrões de desenvolvimento a partir

³ A perspectiva estruturalista foi articulada pelos economistas do desenvolvimento, muitos nomes ligados a esta perspectiva trabalharam na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL (Kay, 2018)

da periferia, Frank analisava a estrutura global capitalista com base nos processos históricos e relações econômicas mantidas entre o que chamou de metrópoles e satélites. Por sua vez, Wallerstein esforçava-se em propor um modelo de leitura das desigualdades do capitalismo expressas não mais fundamentalmente entre diferentes classes sociais, mas diferentes regiões do mundo, integradas (Boatca, 2022). Conceber as desigualdades globais como resultado justamente da integração — comandada do norte para o sul, do centro para a periferia, da metrópole para o satélite — é um dos importantes pontos de coincidência e continuidade entre dependentistas e sistema-mundistas.

Em outra frente, Milton Santos, destoando da geografia tradicional de inspiração positivista, explorou as potencialidades do método dialético na compreensão das particularidades do espaço e da urbanização no terceiro mundo. Neste sentido, trabalhou centralmente com as noções de subdesenvolvimento e dependência. Conforme Machado (2017), Santos centra suas análises sobre o subdesenvolvimento nos processos de urbanização e critica a fragilidade da importação de ideias concebidas segundo os padrões de desenvolvimento econômico e espacial dos países desenvolvidos. Neste sentido, em *O Espaço Dividido* (Santos, 1979), o autor está preocupado, a partir de um olhar espacial, com a realidade social e econômica dos países pobres. Mais tarde, o Santos se aproxima particularmente da discussão sistema mundo quando observa que a globalização polariza a economia em atores hegemônicos, instala uma competição desigual e leva ao ápice o processo de internacionalização do mundo capitalista (Santos, 2003).

Para Santos, em denúncia às limitações da dicotomia entre países industrializados e subdesenvolvidos, o Brasil, assim como Índia e outros, seriam casos de países *subdesenvolvidos industrializados*, ou seja, marcados por uma industrialização dependente (Machado, 2017). Assim, uma caracterização geral dos países subdesenvolvidos industrializados poderia ser resumida “numa modernização e industrialização puntiformes, dependentes e voltadas para o exterior” (ibid., p. 190). Apesar de Machado explorar os diálogos entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini no artigo aqui revisado, é notável também, neste ponto, a aproximação entre a caracterização que Santos propõe dos países subdesenvolvidos industrializados com a ideia de satélites de Gunder Frank. Para o alemão, as relações das “províncias” com suas metrópoles não se limitam ao nível internacional, mas também penetram e estruturam toda a vida socioeconômica dos países subdesenvolvidos. Neste sentido, forma-se uma rede onde cidades regionais, ditas satélites, se convertem em metrópoles em relação ao setor produtivo e populações do interior, numa constelação que envolve muitos subníveis de metrópoles e satélites relacionando todas as partes do sistema, desde o campo ou selva latino-americana, até — e em benefícios dos — centros metropolitanos do norte

(Frank, 1966). Fica reconhecido, portanto, em ambos os autores, um padrão de desenvolvimento concentrado em pontos, onde o processo de integração é comandado de fora para dentro.

Pensar das margens

Para Lefebvre (1967), não seria o centro o portador privilegiado do dinamismo histórico, mas sim as margens, onde realmente se pode apreender as contradições, a partir de resíduos que nunca cessam. Essa é uma perspectiva que, assim como a dependentista e a sistema-mundista, pode ser aproximada dos chamados debates decoloniais (conhecidos mormente através do pensamento do peruano Aníbal Quijano e do argentino Enrique Dussel) e, de modo mais geral, da crítica ao eurocentrismo. Seja estritamente a partir das formulações teóricas transgressoras, do ousado movimento de se querer pensar não tuteladamente, ou das proposições econômico-desenvolvimentistas resultantes deste tipo de exercício, as estruturas de poder colonial e a teoria social do norte passaram, nas ciências sociais, a ser desafiadas continuamente.

A importância desse tipo de movimento pode ser apreciada a partir das considerações de Raewyn Connell. A autora australiana menciona o fato de reconhecermos historicamente a teoria como o trabalho intelectual produzido no norte. Dessa forma, se referindo ao que chama de dependência acadêmica, Connell qualifica a ciência do sul como extrovertida, isto é, voltada para fora, enquanto que o norte coordena os processos e o “mercado” de produção intelectual com base na forte hegemonia de suas teorias (Connell, 2012). Essa “divisão global do trabalho intelectual” é fonte de importantes distorções que acometem sobretudo o autoconhecimento produzido no sul. Com efeito, ao adotarmos teorias produzidas em contextos que não consideram determinações externas como as que caracterizam países de passado colonial, e que “geralmente pressupõe[m] uma epistemologia consolidada, dentro da qual formas sociais coerentes podem ser traçadas” (*Ibid.*, p. 12), temos como resultado um conhecimento moldado sob parâmetros inadequados à nossa particular e complexa realidade social.

Muito antes dos debates decoloniais se fazerem populares, entretanto, o Brasil sediava um movimento intelectual que em muito se antecipava neste sentido. Segundo Gómez Soto (2019), essa antecipação pode ser encontrada no que ficou conhecido como escola sociológica da USP, especificamente nos trabalhos de Florestan Fernandes e seu grupo de colaboradores e discípulos⁴.

⁴ Aqui cabe o cuidado de não juntar Fernando Henrique Cardoso aos grupos de marxistas e cepalinos que trataram dos temas subdesenvolvimento/dependência, mas sim, em certa medida, aos discípulos de Florestan Fernandes que se ocuparam de explorar as potencialidades analíticas de uma “sociologia marginal”. De fato, FHC foi aluno de Florestan, pesquisou e produziu acerca dos temas subdesenvolvimento e dependência, mas de uma perspectiva diversa, mais célebre e menos radical, no que pode ser

A partir da leitura de Connell (2012), Soto destaca a ideia de que a teoria do centro supõe um tempo contínuo, fato este que contrasta com a temporalidade desigual e coexistência de diversas formas sociais — características das periferias de passado colonial — e sugere que a adoção da perspectiva do norte está por trás das frequentes interpretações que opõe o moderno ao tradicional.

É por este caminho que Soto apresenta José de Souza Martins como importante expoente da tradição sociológica da Universidade de São Paulo, defendendo que a originalidade de suas ideias podem contribuir na crítica latinoamericana ao eurocentrismo teórico:

José de Souza Martins ha insistido en que la modernidad de la sociedad brasileña está marcada por la coexistencia de diversas temporalidades sociales y por la presencia de los valores del mundo tradicional, que no desaparece, sino que, por el contrario, se presenta como crítica social, aunque limitada, justamente porque tiene como referencia los valores tradicionales (Gómez Soto, 2019, p. 562)

Neste sentido, a vida social em países como o Brasil manifesta contradições entre o tempo moderno e o tradicional, que permanece na forma de valores, costumes, ritos, entre outras manifestações. Numa recuperação das origens dessa perspectiva sociológica, Soto retrospectiva até Georg Simmel, apontando uma certa continuidade temática através de Robert Park, Florestan Fernandes e, finalmente, Martins. Temas trabalhados por esses autores, como o estrangeiro e o marginal, teriam sido enriquecidos nas análises de Fernandes e levados às últimas consequências analíticas por Martins, fazendo do homem marginal um ponto de vista teórico e metodológico, um sujeito chave para a compreensão sociológica de sociedades como a brasileira (Gómez Soto, 2019).

Deste modo, entendendo-se o homem marginal como um habitante das margens, um sujeito dividido entre dois mundos, duas culturas, entre passado e presente, é através de sua mente em permanente conflito, de sua experiência social e sua busca por identidade que se pode estudar os processos sociais vivenciados na periferia do mundo. No mesmo artigo, Soto esclarece ainda que Martins entende a sociedade brasileira como uma modernidade inconclusa, não sendo possível uma integração plena, mas, ao contrário, abundando a

chamada perspectiva da “dependência associada”. Segundo Machado (2017, p. 188), “a proposição de Cardoso apontava para a industrialização viabilizada pela poupança externa e, de certo modo, uma posição resignada frente à dependência”. No que se refere a uma perspectiva marginal, pode-se considerar que esta esteja presente, por exemplo, na obra “Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul” de 1997. No livro em questão, a opção de FHC por abordar o fenômeno da escravidão a partir de uma região periférica do Brasil e a partir da situação social do negro nela, tem implícita tal inclinação.

permanência de resíduos. Essa percepção coincide com a crítica de Wallerstein (1991 *apud* Boatca, 2022)⁵, para o qual o capitalismo pode comportar uma grande variedade de fenômenos de outras formas sociais na periferia, de modo que aquilo que a teoria marxista ortodoxa classificava como anomalias são, na verdade, a verdadeira estrutura do mundo periférico.

O local e o Cotidiano

Segundo Santos (1997), uma dada situação não pode ser plenamente apreendida, mesmo quando se busca por objetividade, se não houver consideração às relações intersubjetivas que a caracterizam. Por certo, a análise da vida cotidiana se dá no nível da experiência social local, mas não se limita ao estudo fenomenológico, uma vez que busca a conexão entre a vivência particular com o todo geral, uma exterioridade objetiva e independente.

Santos (1997, p. 218) afirma que

A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares. No lugar, nosso Próximo, se superpõem, dialeticamente, o eixo das sucessões, que transmite os tempos externos das escalas superiores e o eixo dos tempos internos, que é o eixo das coexistências, onde tudo se funde, enlaçando, definitivamente, as noções e as realidades de espaço e de tempo

Cada lugar é, ao mesmo tempo, suporte de uma razão global, representada pela técnica e pelo controle operacional; e por uma razão local, percebida no cotidiano, que contém cooperação mas também conflito (Santos, 2005). O lugar é o espaço imediato onde se dão as relações sociais e, por excelência, base para a dimensão material da vida; é onde o cotidiano acontece, onde as pessoas moram, trabalham, se relacionam e vivem suas vidas. O lugar é, conforme Santos, condição e suporte das relações globais. É, portanto, no lugar e no cotidiano que se pode apreender a materialidade e as expressões intersubjetivas de formulações abstratas como o sistema mundo, a modernidade e globalização capitalista. Se o cotidiano é o repetitivo, é também onde ocorrem as mudanças, endógena ou exogenamente motivadas. Deste modo, ao unir a perspectiva de Milton Santos com aquela preconizada por Florestan Fernandes e José de Souza

⁵ WALLERSTEIN, I. Marx and underdevelopment, in *unthinking social science: the limits of nineteenth-century paradigms*. Cambridge: Polity Press, 1991.

Martins, seria possível assumir o lugar periférico, as margens e o cotidiano como categorias privilegiadas para a apreensão sociológica das contradições capitalistas e da recepção diferenciada de tendências globais.

É possível, portanto, entender o lugar e o cotidiano de uma realidade periférica como dimensões em que se passa o quadro prático de experiência do sujeito marginal, bem como quadro prático de uma análise sociológica globalmente atenta e que, ao mesmo tempo, parta do drama do marginal em seu lugar e seu cotidiano, sua experiência de mundo a partir do lugar em que vive, das relações que mantém com os próximos e com o todo. Em suma, das contradições locais e globais que incorpora em sua vivência e de como organiza isso em seu agir, em seu espaço, em sua busca por identidade. O marginal não somente como objeto, mas perspectiva para uma investigação sociológica que o transpassa, perseguindo os condicionantes de sua situação no mundo.

Neste sentido,

O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (Santos, 1997, p. 218)

É no eixo das coexistências, “onde tudo se funde”, isto é, as determinações externas e a resistência dos tempos e conteúdos internos, que se dá o cotidiano e onde se manifestam as contradições, produtos e resíduos desse contato local-global, tradicional-moderno. O eixo das coexistências é o lugar, e as margens supõem coexistências extras. A margem — em suas dimensões sociais e espaciais igualmente — oferece, portanto, uma perspectiva sociológica privilegiada, no sentido de que a partir dela se pode perscrutar elementos de distintos mundos e tempos que resistem enquanto objetos no espaço e se fazem vivos nas pessoas simples e suas formas de sociabilidade.

O urbano como objeto de uma sociologia marginal

Santos (1997) afirma que com a modernização contemporânea e o incremento das comunicações, todos os lugares se mundializam. Mas existem lugares globais simples e complexos. Nos simples, apenas alguns vetores da modernidade logram se instalar. Sendo os lugares complexos normalmente as metrópoles e capitais, supõe-se, por lógica, que aos interiores rurais corresponda a simplicidade. Isso não implica negar

a massiva penetração capitalista no campo, especialmente através dos objetos técnicos, mas envolve reconhecer a permanência de valores, modos de organização do trabalho e da vida comunitária não derivados ou, frequentemente, anteriores à uma lógica hegemônica capitalista. Em suma, haveria nos lugares simples os vetores capitalistas incorporados, aqueles de origem não capitalista que podem ser cooptados ou funcionar paralelamente, e até mesmo aqueles que à lógica capitalista se opõem. Igualmente, isso não implica supor a inexistência de contradições no seio da cidade grande.

Neste sentido, um lugar particularmente interessante seriam as áreas caracterizadas como limítrofes entre o campo e a cidade. Nesses locais, eventualmente efêmeros, o processo, as transformações associadas ao advento da urbanização e da modernidade capitalista sobre o mundo tradicional talvez seja particularmente perceptível. O ponto em que se pretende chegar é, na verdade, a proposição de se pensar o *rurbano* como lugar marginal, assumindo-se todas as proposições teóricas e metodológicas desfiladas anteriormente sobre o que chamamos sociologia marginal.

O termo *rurbano* figura academicamente pela primeira vez no trabalho de Sorokin, Zimmerman e Galpin quando, procurando estabelecer diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano, os autores recorrem ao neologismo a fim de indicar situações intermediárias. No Brasil, Gilberto Freyre (1982) publica a obra “Rurbanização: que é?” onde, inaugurando uma distinta acepção do termo, defende um desenvolvimento equilibrado e harmonioso entre o rural e o urbano, desde a distribuição espacial das empresas e objetos, até os modos de vida daí implicados. Nesta acepção, o *rurbano* figura como uma situação mista, conciliador de contrários. Não obstante, o *rurbano* não é um conceito fechado, tendo sido usado de maneira bastante flexível por diferentes autores⁶.

Teria-se no lugar e no cotidiano *rurbano* o reconhecimento da interface física entre os espaços campo e cidade e um ângulo privilegiado de observação de suas interpenetrações materiais e simbólicas, que poderiam ser apreendidas a partir das paisagens e das relações sociais, sociabilidades e modos de vida neste espaço estabelecidos. Não somente, seria um lugar interessante para a apreensão das contradições da sociedade, uma vez que o *rurbanita* (aquele que vive em espaço *rurbano*) é, por definição, um habitante das margens, um ser situado entre dois mundos e, portanto, um sujeito que pode conter em si, ao mesmo tempo, a crise e a crítica da sociedade em que vive (Gómez Soto, 2019).

Prevalece aqui a noção de hibridismo, pois é nesse sentido que se pode situar o *rurbano* enquanto margem, um espaço portador de contrastes sociais e temporais, materializados na paisagem e vivos nos modos de sociabilidade. A dimensão temporal, nesse sentido, inclui a crítica à modernização, ao modo

⁶ Para um uso progressivo de nossa autoria, ver (Silva; Ribeiro, 2017).

desigual de avanço do capitalismo sobre os lugares, pois revela a permanência de formas sociais pretéritas cooptadas pelo próprio sistema capitalista na periferia, bem como as resistências e críticas, eventualmente impotentes, que se manifestam nos modos de vida do sujeito marginal.

Martins (2014) afirma permanecer nos modos de sociabilidade das pessoas comuns, marcas de um passado, das sociedades tradicionais que resistem ao advento da modernidade. São práticas, crenças, hábitos que sobrevivem nas lacunas de um capitalismo que, no terceiro mundo, é um capitalismo superficial, híbrido, incompleto. A ideia de uma sociedade (e um espaço) organizados através de diferentes “camadas de tempos sociais desencontrados, dominados por atual anacrônico” (Martins, 2014, p. 10), reforçados pelo encontro físico entre o campo e a cidade, entre o rural e o urbano, produzem uma amálgama de situações sociais, de deslocamentos e ajustes, de possibilidades de identificação, de modos de sociabilidade e vivência particulares nesses lugares.

Martins (1997; 2012) afirma que o capitalismo não deve ser visto como um sistema excludente, mas que integra de modos diferenciados. Neste sentido, fala em uma inclusão precária, instável. Formas de inclusão degradada ou marginal constituem, muitas vezes, as oportunidades concretas de vida para aqueles que “estão sendo alcançados pela nova desigualdade social produzida pelas grandes transformações econômicas e para os quais não há, senão, na sociedade, lugares residuais” (1997, p. 26).

Não seria justa uma definição categórica nesse sentido, mas, de certo modo, ou em certas ocasiões, o urbano pode ser visto como lugar residual. Como resíduo da expansão urbana ou do êxodo rural, especialmente. Um lugar onde muito notavelmente as pessoas, para sobreviver, utilizam-se de estratégias que mesclam o conhecimento e os modos de vida tradicionais com as oportunidades precárias oferecidas pela aproximação da cidade. Essas pessoas já não podem se considerar camponeses ou agricultores, mas tampouco se veem identificados como cidadãos urbanos, onde ainda são vistos com diferença. Em certo sentido, o drama das periferias internas, como os espaços urbanos, é semelhante ao drama das periferias do mundo, que também são incluídas de formas incompletas e degradadas.

Considerações finais

O esforço aqui apresentado visou apresentar uma série de reflexões no entorno de teorias macroestruturais e perspectivas epistemológicas críticas como o sistema mundo e a sociologia marginal brasileira, bem como de correntes convergentes, a fim de subsidiar teórica e metodologicamente estudos dirigidos a espaços periféricos. O não explícito diálogo prévio entre algumas das perspectivas visitadas

insere-se entre as descobertas da pesquisa, e caracteriza-se como uma lacuna a ser explorada em estudos posteriores. Dentre os achados, parece haver uma particular riqueza e versatilidade na obra de Milton Santos, autor muito dinâmico e igualmente crítico, através do qual foi possível construir pontes com a maioria das demais teorias mobilizadas. Não obstante, duas virtudes a serem salientadas acerca do caminho aqui apontado são: a de manter certa coerência crítica apesar das distintas perspectivas que procurou-se conectar; e sublinhar a relevância de estudos que, em diferentes e convergentes intentas, fazem convergir diferentes escalas sociológicas, e fazem do lugar — mais uma vez citando Santos (2005) — fração de uma totalidade e palco de eventos não apenas locais, mas globais. Por fim, cabe reafirmar, procedendo uma pesquisa do modo aqui esboçado é possível desviar da reprodução da perspectiva do norte global mencionada por Connell (2012), tão comumente expressa na maior parte da teoria social.

Referências

- BOATCĂ, M. Desigualdades globais: filiações teóricas e críticas radicais. **Caderno CRH**, Salvador, v. 35, p. 1-13, 2022
- CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **RBCS** Vol. 27 n° 80, outubro/2012
- FRANK, A.G. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, [s. l.], v. 18, n. 4, p. 17-31, 1966.
- FREYRE, Gilberto. **Rurbanização: Que é?** Recife: Massangana, 1982.
- GÓMEZ SOTO, William. El hombre marginal y la sociología brasileña. **Revista Mexicana de Sociología** v. 81, n. 3 (julio-septiembre, 2019): 561-582.
- KAY, Cristóbal. As contribuições latino-americanas para a teoria crítica de desenvolvimento. **Caderno CRH**, v. 31, n. 84, pp. 451-461, 2018.
- MACHADO, Thiago. Geografia e dependência: o diálogo entre Milton Santos e Ruy Mauro Marini a partir da teoria do subimperialismo. **GEOgraphia** v.19, n. 40, p. 185-190, 2017: mai./ago.
- MARTINS, J. de S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.
- _____. **A Sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.
- _____. **Uma Sociologia da vida cotidiana**: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre. São Paulo: Contexto, 2014.
- SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp, 2005.

_____. O lugar e o cotidiano. In: _____ (org.) **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo, Hucitec. 1997

_____. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SILVA, Carlos Eduardo; RIBEIRO, Carlos Eduardo. Paradoxos entre o arcaico e o moderno no bairro Santa Marta em Camaquã/RS. In: **V Jornada Brasileira de Sociologia**, 2017, Pelotas. Anais V JBS, 2017.

SOROKIN, Pitirim; ZIMMERMAN, Carlo; GALPIN, Charles. Diferenças Fundamentais entre o Mundo Rural e o Urbano. In: MARTINS, José de Souza. **Introdução Crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Editora Hucitec, 2 ed, 1986. p. 198-224.

VALENZUELA, Arturo; VALENZUELA, Samuel. Modernización y dependencia: perspectivas alternas en el estudio del subdesarrollo latinoamericano. In: VILLARREAL, José (org.), **Capitalismo transnacional y desarrollo nacional**, México: Fondo de Cultura Económica, col, 1981.

Recebido em 20 de agosto de 2023 aceito para publicação em 14 de novembro de 2023.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.